



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 10 | Nº. 18 | Jan./Jun. de 2018

Júlio César da Rosa

Professor da rede pública estadual e municipal de Santa Catarina, doutorando na Universidade do Vale do Rio dos Sinos -UNISINOS
juliusdarosa@gmail.com

CLUBES NEGROS EM SANTA CATARINA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: histórias, memórias e trajetórias.

RESUMO

Neste artigo, analisaremos algumas pesquisas que abordaram a temática sobre sociedades recreativas: quais as hipóteses construídas, bem como os limites e avanços que essas pesquisas possibilitaram para compreender as dinâmicas destes lugares. Intentamos, ainda, evidenciar a organização dos clubes recreativos visando compreender suas dinâmicas, estratégias de associativismo, as possíveis redes de relações com outros clubes, seus projetos coletivos e individuais, as aspirações e expectativas quanto à ascensão social, visibilidade e respeitabilidade na luta por cidadania em Santa Catarina na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Pós-Abolição. Associativismo. Identidades. História. Sociedades Recreativas.

ABSTRACT

In this article, we will analyze some research that approached the theme about recreational societies: what hypotheses were constructed, as well as the limits and advances that these research made possible to understand the dynamics of these places. We also intend to highlight the organization of recreational clubs to understand their dynamics, associative strategies, possible networks of relationships with other clubs, their collective and individual projects, aspirations and expectations of social ascension, visibility, and respectability in the struggle for citizenship in Santa Catarina in the first half of the 20th century.

Keywords: Post abolition. Associationism. Identities. History. Recreational societies.

Este artigo tem por finalidade compreender dinâmicas organizacionais de sociedades recreativas gestadas por populações de origem africana em Santa Catarina no pós-Abolição. Dialogando com diferentes autores estudiosos desse tema, procuramos conhecer e compreender a organização de inúmeros grupos sociais e suas dinâmicas internas, bem como, o estabelecimento de relações com outros grupos. Intentamos perceber limites e avanços dos debates sobre essas instituições no meio acadêmico.

Longe de esgotar interpretações sobre essas agremiações, procuramos apreender quais conceitos estavam sendo utilizados, e como essas pesquisas influenciaram e influenciam o debate sobre as relações raciais no Brasil. Articulando diversas bibliografias sobre sociedades recreativas, percebemos esta forma de organização junto à nova ordem social existente no pós-emancipação, o que proporcionou a um determinado grupo de homens e mulheres afrodescendentes mobilidade social e acesso a bens materiais e culturais, contrariando pesquisas que apontavam para a desorganização social e a anomia (FERNANDES, 1965).

O surgimento de organizações constituídas por afrodescendentes, especificamente as sociedades recreativas, compõe característica visível nas primeiras décadas do século XX, sobretudo nas regiões sul e sudeste do país. Produções historiográficas que discutem esta forma associativa caracterizam-nas por múltiplas abordagens e interpretações.

As associações de populações de origem africana foram interpretadas pela bibliografia clássica, produzida na década de 1950,¹ como organizações lúdicas voltadas à formação moral de homens e mulheres. Além de considerar tais organizações apenas como espaços lúdicos, essa abordagem percebia os sujeitos históricos analisados como um grupo homogêneo. Nessa construção narrativa, sociedades recreativas e beneficentes não passavam de espaços “culturais e beneficentes” desprovidas de função de “arregimentação da raça”, formando, “desvirtuando e virando bailes”. Autores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni

¹ Considero autores clássicos os primeiros que se dedicaram aos estudos dessas organizações formadas por afrodescendentes: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus: Ed. Univ. S. Paulo, 1965. 2 V. CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo Ed. Nacional 1960; MOURA, Clovis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988; PINTO, L. A. Costa. *O Negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. São Paulo (SP): Companhia Editora Nacional, 1953.

e Clovis Moura abrangeram essas formas de organização dentro da ótica de sociedades dançantes.

Cardoso e Ianni (1960), em obra acerca da existência das sociedades recreativas em Florianópolis, especificamente o Clube União Recreativa 25 de Dezembro, analisaram a formação daquela sociedade e sua função enquanto espaço de dança, sendo os frequentadores entendidos como pertencentes a uma mesma “raça”, portanto, numa perspectiva de homogeneidade.

Tais abordagens teóricas e interpretações alicerçadas num tipo específico de fonte, como questionários submetidos a alunos do ensino secundário e registros orais coletados junto a moradores do Morro do 25,² acabaram perdendo de vista outras questões pertinentes a essas associações. Considerá-las apenas sociedades dançantes constitui interpretação limitada, invisibilizando pontos fundamentais presentes em estatutos, para além da diversão, como a instrução e o auxílio mútuo.³

O caráter assistencial, a mobilidade social por meio da instrução e a visibilidade construída nesses espaços indicaram táticas⁴ de afrodescendentes para galgar ascensão social em uma sociedade que os alijava de todas as formas. Mesmo com atividades recreativas como os bailes, entre outros tipos de atividades culturais, essas associações estavam preocupadas também com a situação econômica, cultural e educacional dos afrodescendentes. Uma parcela dessas associações apresentava como objetivo a educação formal e a formação profissional de homens, mulheres e crianças, ações que interferiram nas condições daqueles sujeitos, possibilitando perspectiva de melhoria de vida.

Compreendemos estes espaços como “associações combativas” (LUCINDO, 2010), na medida em que possibilitaram a uma parcela das populações

² Rua Padre Schroeder, bairro Agrônômica- Florianópolis-SC.

³ Estatuto da Sociedade Recreativa União Operária de Laguna-SC, fundada no ano de 1903. Artigo 2º. Esta Sociedade tem por fim, a) proporcionar reuniões dançantes ou quaisquer outras festas em que se reúnam amistosamente os sócios e seus familiares; b) criar uma sessão de leitura variada e instrutiva para seus sócios fazendo aquisições de jornais, livros e revistas boas; c) intensificar e desenvolver-se por todos os meios ao seu alcance os serviços de assistências sociais. Estatuto Sociedade Recreativa União Operária. Capítulo I, artigo 2º, 1903.

⁴ Chamo de tática ação calculada determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso “joga” com o terreno que lhe é imposta tal como o organiza a lei de uma força estranha. A tática é um movimento “dentro do campo de visão do inimigo [...]”. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. (CERTEAU, 2008, p. 100).

de origem africana, oportunidades de mobilidade social, desde que esses homens e mulheres estivessem dispostos a aceitar as condições estabelecidas por essas instituições.

Essas agremiações podem ser encaradas, como uma forma autônoma que os afrodescendentes buscaram para gerir necessidades, ampliar redes de solidariedade, ascender socialmente e distinguir-se da grande maioria dos descendentes de africanos, que se encontravam na miséria e não compartilhavam dos mesmos valores desses pequenos grupos que frequentavam as sociedades recreativas (BRITTO, 1986; CARDOSO, 1993; DOMINGUES, 2004). A distinção e a apropriação dos padrões vigentes nesses espaços de sociabilidade estavam restritas a homens e mulheres que se viam e interpretavam o mundo de acordo com referenciais culturais mais próximos a eles.

Nesse sentido, a pesquisa de Andréa A. de Moraes Cândido Carvalho (2001), acerca do Centro Cívico Cruz e Sousa, fundado em 1918 no município de Lages (SC)⁵ analisa preocupações de associações afrodescendentes em torno de cidadania, educação e redes de solidariedade. Ao analisar Atas de Reunião, registros orais e o Estatuto da Sociedade Recreativa, assinala a preocupação específica com a educação dos sócios, por meio do estabelecimento de escolas, de teatro e de aulas de alemão.

Juntamente com a diretoria e membros do Centro Cívico Cruz e Sousa, realizavam a nobre tarefa na alfabetização de adultos, uma vez que existia um número elevado de afrodescendentes analfabetos, entre os quais, muitos eram frequentadores e sócios do Centro Cívico. Além da alfabetização, lecionavam outras matérias seguiam o programa do ensino público. Havia aulas de alemão ministrado pelo Professor Sebastião Dias Gomes, que também era de “cor”, cuja convivência por longo tempo com o Frei Rogério Nheus, proporcionou-lhe aprender a referida língua (CARVALHO, 2001, p. 61).

Diante de tais percepções, depreendemos que as sociedades recreativas não se voltavam apenas ao lúdico ou ao divertimento. A preocupação com a educação, neste caso específico, supõe o estabelecimento de ações voltadas para a formação e, portanto, para a construção de maiores chances de concorrer a um trabalho bem remunerado. Outra característica registrada acerca da sociedade

⁵ Lages é um município brasileiro da região sul, localizado no estado de Santa Catarina, contendo cerca de 156.737 habitantes e faz parte da mesorregião (política) e região (geográfica) serrana do estado. Lages é a maior cidade em área de Santa Catarina e cidade-sede da Região Metropolitana de Lages. Disponível em: <<http://www.lages.sc.gov.br/perfil.php>>. Acesso em: 21 set. 2010.

recreativa Cruz e Sousa é a preocupação expressa por seus integrantes em relação às normas de conduta que deveriam ser respeitadas tanto no interior do estabelecimento quanto fora dele.

A agremiação se constituía em um instrumento de civilização desses descendentes de africanos. Frequentá-la era como um atestado de assimilação aos padrões burgueses de comportamento público. [...] O vestir-se bem também servia de linguagem para expressar e manter a estabilidade nesses espaços sociais. Dessa forma, a aparência física é importante para reafirmar a condição social dos afrodescendentes perante o grupo dominante (CARVALHO, 2001, p. 51-59).

Esse processo de assimilação de valores dominantes, segundo a autora, era necessário para aqueles que carregavam o fardo da herança da escravidão, tornando-se importante incorporar valores que garantissem respeito e distinção em espaços públicos e privados. Com base em registros de Ata,⁶ Carvalho analisa discurso de um dos presidentes do clube enaltecendo a luta pela “consciência negra” para sócios e frequentadores. Tal postura político-ideológica, na visão de Carvalho, poderia ser fruto do contato com outras associações do período. Nesse contexto, as sociedades recreativas incorporaram a luta antirracista em suas ações.

O Centro Cívico Cruz e Sousa, em Lages, não foi somente uma associação lúdica, e seu caráter combativo não se deve apenas à incorporação de um discurso militante em prol do soerguimento das populações de origem africana. Isto é, anterior ao discurso político e militante, suas ações já estavam voltadas para a ascensão social de seus membros. Tendo a educação como tática para elevação social, criaram o Grêmio das Margaridas⁷ e o Grêmio Treze de Maio, responsáveis por instrução e letramento de associados.

No que concerne à interpretação acerca das diferentes obras que abordam a questão, Maria das Graças Maria (1997), analisando as sociedades recreativas

⁶ Entrevista com Sr Nauri Campos, Apud CARVALHO, 2001, p. 56.

⁷ Os grêmios femininos eram compostos, em grande maioria, por mulheres de sócios e dos membros da diretoria do clube, e por mais que reforçassem papéis de gênero da sociedade patriarcal ocidental, no interior das sociedades recreativas e fora delas, as mulheres atuaram para que a parcela de afrodescendentes frequentadores desses espaços construísse outra visão de mundo, como protagonistas de sua própria história e não como coadjuvantes, auxiliando na conquista de visibilidade e respeitabilidade dessas populações, cuidando da educação dos filhos, participando ativamente do orçamento familiar, visando romper com estereótipos e preconceitos sobre esses homens e mulheres de descendência africana.

União 25 de Dezembro e o Brinca Quem Pode nas décadas de 1930 a 1940, em Florianópolis, diverge da ideia de assimilação proposta por Carvalho.

A autora indica que tais normas de conduta tinham por objetivo construir a respeitabilidade das sociedades recreativas e a de seus integrantes em relação ao restante da sociedade. Compete destacar que esse intento poderia significar uma forma de sobrevivência desses territórios, pois é ponto comum nas pesquisas sobre agremiações negras o alto valor simbólico investido na conquista da respeitabilidade e da visibilidade perante a sociedade.

Diferentes pesquisadores estudiosos do tema das sociedades recreativas no pós-Abolição confirmam os esforços de afrodescendentes na construção de uma imagem positiva, parte do projeto de não macular sua imagem, tampouco a do clube ou sociedade que frequentavam. Neste sentido, é compreensível o processo de seleção de associados para entrar nestas agremiações, pois somente “pessoas de boa índole” seriam aceitas nestes espaços de sociabilidade e lazer.

Concebendo essas sociedades para além da dança, Maria das Graças Maria (1997) entende esses espaços como lugares de encontros, e também de trocas de experiências, conflitos, tensões e laços de solidariedade, constituindo, portanto, território negro de pertencimento, mas também de ambivalências. Território constitui uma comunidade negra, tomada como “um valor, os negros constituem múltiplos espaços sociais, simbólicos e existenciais no contexto urbano [...]. Por outro lado, também designa os espaços sociais com acentuada presença e circularidade de negros” (BITTENCOURT, 1996, p. 221).

No entendimento de Bittencourt, a ascendência africana é definidora de uma identidade negra, destacando que compreender os afrodescendentes enquanto bloco homogêneo exclui outros fatores constitutivos de suas múltiplas identidades socioculturais, facilitando a dominação de uma cultura hegemônica. Maria das Graças Maria percebe os afrodescendentes como um grupo social heterogêneo, mas, ainda assim, sua abordagem apresenta que não só a herança da ascendência africana definiria uma “identidade negra”.

Não se pode falar em identidade negra como se os afrobrasileiros fizessem parte de um todo homogêneo no contexto social. A descendência africana, o passado escravista aliado ao racismo e algumas heranças culturais herdadas dos antepassados não são únicos definidores da identidade negra (MARIA, 1997, p. 93).

Mesmo considerando os afrodescendentes um grupo heterogêneo, a afirmação da existência de uma identidade negra, tendo como referência a herança da escravização e o racismo, não são elementos suficientes para a conformação desta identidade. A construção das identidades, tanto africana como uma identidade afro-diaspórica se constrói cultural e politicamente e, neste sentido, corroboramos com Achille Mbembe:

A identidade africana não existe como substância. Ela é constituída, de variantes formas, através de uma série de práticas, notavelmente as práticas do self. Tampouco as formas desta identidade e seus idiomas são sempre idênticos. E tais formas e idiomas são móveis, reversíveis e instáveis. Isto posto, elas não podem ser reduzidas a uma ordem puramente biológica baseada no sangue, na raça ou na geografia. Nem podem se reduzir a tradição, na medida em que o significado desta última está constantemente mudando (MBEMBE, 2001, p. 199).

Em perspectiva semelhante à de Mbembe, Kabengele Munanga afirma que “o não reconhecimento ou reconhecimento inadequado da identidade do ‘outro’ pode causar prejuízo ou uma deformação ao aprisionar num modo de ser falso e reduzido” (MUNANGA, 2005, p. 5), numa ideia de que africanos e afrodescendentes são iguais, portadores de características físicas e psicológicas comuns, contribuindo, deste modo, para a naturalização da ideia de “raça”.

Essas formas de organização das populações de origem africana foram interpretadas como espaços de comercialização de dança e de consolidação de novos padrões de vida. Florestan Fernandes (1965), utilizando-se das memórias dos afrodescendentes letrados, analisa estas formas de organização generalizando os anseios desses sujeitos às demais pessoas de origem africana, e de certo modo, esta interpretação contribuiu para identifica-los enquanto um grupo homogêneo.

Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (1960) entendem esses espaços como locais de comercialização da dança, percebendo que os associados se viam como iguais, distante de interpretações sobre a discriminação racial existente entre os próprios “grupos de cor”.

Bernadete Orsi dividiu as sociedades recreativas em agremiações de baile e de conscientização do “negro”, ressaltando funções distintas nas ações desses territórios negros. Tais sociedades, conforme Orsi (1999), Silveira (2000) e Simiano

(2002) constituem “Territórios Interacionais”,⁸ compondo “locais de encontro e troca, nem sempre fixos, permeados por códigos simbólicos de pertencimento, que os diferenciam dos demais” (ORSI, 1999).

De acordo com Silveira,

Os afrodescendentes de Itajaí estabeleceram uma tradição de associativismo, criando seus espaços de lazer. Segundo Ilka Boaventura Leite esses espaços de lazer são classificados como territórios negros ‘a noção de território como base geográfica e como espaço necessário à sobrevivência dos negros, possibilitou uma tendência, desde então, a interpretar todos os tipos de lugares habitados por estes, como espaços de resistência no interior da sociedade branca racista. O território seria, portanto uma das dimensões das relações interétnicas, uma das referências do processo de identificação coletiva. Imprescindível e crucial para a própria existência do social. Enquanto tal pode ser visto como parte de uma relação, como integrante de um jogo. Desloca-se, transforma-se, é criado e recriado, desaparece e reaparece. Segundo a autora existem dois tipos de ocupação, que seria a Residencial e a Interacional. Chamo a atenção para este último tipo de ocupação em Itajaí foi delimitado pelos afrodescendentes através de associações recreativas e culturais (SILVEIRA, 2000, p. 11).

A formação de espaços de sociabilidades afrodescendentes compunha lugares de interlocução de “revivência”, “invenção e re-elaboração de tradições culturais” (SILVEIRA, 2000, p. 32), importante referencial de pertencimento ao grupo social. A territorialidade, nesse aspecto, ultrapassa o sentido de lugar comum, tornando-se instrumento de visibilidade e autonomia.

No entanto, Orsi não percebeu que o 13 de Maio de Tijucas, a ausência de discursos reivindicatórios, mas o auxílio mútuo, tinham entre seus objetivos a mobilidade social de sócios e frequentadores. Com base em atas de reuniões, memórias de frequentadores das sociedades recreativas, estatutos de fundação, diferentes estudiosos entenderam tais associações como espaço de dança. Ainda, compete observar que Fernandes e Cardoso analisaram essas organizações com um viés racista, interpretando aproximações e afastamentos entre esses sujeitos como anomia e desorganização social.

Para Orsi, as sociedades recreativas, a exemplo das abordagens da historiografia discutida anteriormente, são sociedades dançantes, cujo “objetivo fundamental do Clube [Treze de Maio] era promover reuniões e diversões de

⁸ As autoras utilizam o conceito de território interacional da antropóloga Ilka Boaventura Leite para definir o Clube 13 de Maio fundado em 06 de outubro de 1961, no município de Tijucas, e a Sociedade Beneficente Sebastião Lucas, fundada em 22 de maio de 1952, na cidade de Itajaí.

caráter social, cultural e cívico. Este último consistia em comemorar condignamente a data do 13 de maio” (ORSI, 1999, p. 44). Silveira, por sua vez, destaca que “a Sociedade Beneficente Sebastião Lucas mantém relações com outras entidades afro, uma delas é o Núcleo Afro Manoel Martins dos Passos, cujo objetivo é a cultura e a educação” (SILVEIRA, 2000, p. 31).

Esses espaços de sociabilidade possibilitaram o soerguimento das populações de origem africana, mesmo fazendo parte de um conjunto de instrumentos de vigilância, que tinham como objetivo manter a dignidade das agremiações à custa da vigilância de seus membros, fora e dentro de seus espaços, tendo respeitabilidade e dignidade legitimadoras da sua integração na sociedade. Os autores clássicos como já foi mencionado, não consideraram a pluralidade de vivências e experiências, generalizando expectativas desse pequeno grupo de afrodescendentes ligados às sociedades recreativas para os demais descendentes de africanos. Tendo em vista tal característica, esses estudiosos procuraram perceber os agentes sociais como um bloco, ou seja, consideravam essas pessoas iguais porque possuíam uma ascendência comum.

Nesses territórios negros revelam-se múltiplas experiências, entre

homens e mulheres’ [que] também retornam como sujeitos, dentro deste termo – (experiência) – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos (THOMPSON, 1981, p.182).

Conflitos e tensões no interior desses espaços, disputas de poder, expectativas de ascensão social, rupturas com a imagem negativa herdada da escravidão, distanciamento e aproximações de valores supostamente dominantes, foram experimentados e vivenciados nesses espaços, proporcionando prestígio social a partir de inserção em lugar de status, aspectos não vislumbrados por pesquisadores que perceberam nesses territórios apenas a dança.

Outras experiências de associativismo negro em Santa Catarina foram o Club Literário Cruz e Souza e a Sociedade Recreativa União Operária, na cidade de Laguna. Cabe ressaltar que os membros dessas duas agremiações integravam a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, fundada antes de 1828, tendo suas atividades encerradas com a derrubada da capela na década de 1930. O fim da

irmandade, provavelmente, mobilizou a organização de uma outra agremiação, a Sociedade Recreativa União Operária.

Esta sociedade recreativa surgiu em 1903 (Ata de Fundação da Sociedade Recreativa União Operária, Cartório de Registro Civil de Laguna, 1965, p. 68), e o Club Literário Cruz e Souza no ano de 1906 (O Albor, 5 de agosto de 1906, n. 198). Após uma dissidência entre os membros do União Operária, nasceu o Cruz e Souza, envolvendo ruptura entre os associados. Neste sentido, a presente narrativa consiste em exercício de análise e reflexão na compreensão de novas identidades e identificações no pós-abolição, tendo como fio condutor as agremiações negras de Laguna.

Para além de compreender a construção de novas configurações identitárias, aventamos problematizar certa miopia acadêmica e memorialística sobre a história de Laguna, que registrou em seus anais a vida social da maioria dos clubes da cidade, mas invisibilizou lembranças herdadas de familiares e amigos do clube dos “pretos” de Laguna.

Os poucos registros que existem sobre o clube, lembrado como associação de “pretos” pobres da cidade, estão presentes em periódicos, principalmente no Jornal O Albor, o de maior circulação em Laguna na primeira metade do século XX. Registros existentes no jornal, enviados pela própria agremiação, destacando ações e projetos, permitem perceber uma sociedade proativa e efervescente, como as demais que existiam e eram frequentadas pelos variados grupos sociais que compunham a sociedade lagunense.

A ausência de ata de fundação, atas de reuniões, documentos produzidos pelo clube, que se perderam com o tempo e fim das atividades em meados dos 1950, constituem dificuldades para a pesquisa, pois a escassez ou a inexistência de algumas fontes demanda recorrer a outros suportes documentais. Uma possibilidade encontrada para superar tais dificuldades no estudo destas agremiações, além de periódicos e bibliografias especializadas, são os registros de memórias de pessoas conhecedoras da história do clube.

Memórias de depoentes convergem, em certa medida, ao sublinharem que o Cruz e Souza era o clube dos “pretos” pobres de Laguna. Tais registros são reminiscências herdadas daqueles que vivenciaram e frequentaram o clube, além daqueles não participantes, mas conhecedores da história do clube. Nesse sentido, memórias coletivas, a destacar aspectos comuns em suas recordações,

evidenciam perspectivas de vivências comunitárias, ao passo que também ressaltam o papel de seletividade da memória. Ao construir uma memória coletiva e ao mesmo tempo seletiva, cabe ao historiador o cotejamento com a máxima variedade de fontes possíveis, para não se deixar seduzir pelos encantos da memória.

O União Operaria, na visão dos depoentes, era o clube dos “mulatos” de Laguna, um clube da “elite negra” da cidade. Mas, analisando o livro de registro de sócios do União Operária, onde constavam os dados dos associados, como a profissão ou o ofício desenvolvido, ao cruzar os nomes dos membros da diretoria do Cruz e Souza (O Albor, 1903 a 1940) com o livro de registro, foi possível identificar quais associados romperam com o União Operária, bem como sua profissão, estado civil e local de residência.

Ao cotejar estas fontes percebemos que o Cruz e Souza não era uma agremiação de “pretos” pobres de Laguna, como indicam as memórias dos entrevistados, visto que as ocupações dos associados do clube não se distanciavam economicamente, nem em prestígio social, dos associados do União Operária.

Além desse dado importante, o jornal O Albor, de 24 de junho de 1911, evidenciou a eleição dos irmãos do Rosário do ano anterior, constando somente os membros do Cruz e Souza e suas respectivas profissões: Affonso Sabino, operário, um dos mais ativos membros do Cruz e Souza, ocupando diversos cargos na diretoria; Antônio Felisberto da Rosa, negociante, também atuante na agremiação; Antônio Sabino, Acelyno Gonzaga, Pedro Pinto e José Antônio de Oliveira, ausentes no livro de registro e sem identificação profissional até o momento.

Diferentes dados ainda demandam ser coletados e acervos consultados, mas, diante dos registros já localizados, é possível destacar que todos estes associados eram irmãos do Rosário, mesmo compondo clubes recreativos distintos. De certo modo, esses agremiados mantinham algum laço entre si devido à existência e à participação na Irmandade do Rosário dos Pretos.

A composição da primeira diretoria do Cruz e Souza foi anunciada no O Albor pelo então presidente José Thomaz de Oliveira, segundo fiscal na diretoria de 1904, e o tesoureiro Affonso Sabino, ambos integrantes também do quadro de sócios da Sociedade Recreativa União Operária:

Presidente: José Thomaz de Oliveira
Vice-presidente: José Antônio de Oliveira
Thesoureiro: Affonso Sabino
1 e 2 secretários: João José de Souza e Antônio Sabino
1 e 2 procuradores: Algamil Luiz da Silva e Antônio Cardoso e
1 e 2 Fiscaes: Antônio Cabral e Antônio João Ventura
(O Albor. Laguna, 31 de maio de 1908, nº 291).

O Clube Literário Cruz e Souza teve sua primeira sede à Rua Voluntário João Firmiano e no dia 14 de outubro de 1906, sua nova sede fora inaugurada à Rua Conselheiro Mafra (O Albor, Laguna, 14 de outubro de 1906, nº 208). No entanto, não conseguimos identificar qual casario naquela localização era a sede do antigo clube. E, como último endereço, constava a Rua Osvaldo Aranha, porém, não encontramos registros relativos à data da transferência, percebendo que todos os espaços ocupados pela agremiação se situavam na região central de Laguna, assim como o clube União Operária.

Figura 1 - Terceira Sede da Sociedade Literária Cruz e Souza situada à Rua Osvaldo Aranha.



Fonte: Acervo particular de Carlos Marega, sem referência ao ano.

No jornal *O Albor*, de 22 de agosto de 1915, quatro membros do União Operária componentes também do Cruz e Souza receberam destaque: o presidente José Thomaz de Oliveira; o vice-presidente Antônio Felisberto da Rosa, negociante na cidade; Philastro C. da Cruz, profissão diarista; e, o funcionário público Adolpho

Campos. Em 13 de maio de 1917, o presidente em exercício era Affonso Sabino; o vice-presidente José Thomaz de Oliveira; o orador oficial Levy Limas, profissão carpinteiro; e João Domingos, profissão pintor e zelador do clube na nova diretoria do Cruz e Souza. Todos também sócios do União Operária.

Aferindo as memórias de nossos depoentes com o Livro de Registro de Matrícula dos Sócios do Clube União Operária, junto a anúncios no jornal *O Albor*, noticiando a composição das diretorias à frente do clube Cruz e Sousa, alcançamos um quadro que possibilitou identificar onde esses homens residiam, quais eram suas profissões, estado civil e redes sociais.

Ao analisar circuitos de relações percebemos conflitos, tensões, contradições, disputas, alianças e afastamentos entre os atores sociais. A suposta coerência e ausência de conflitos abre espaço a uma abordagem problematizadora das diferentes ações desses grupos associativos em seus mais variados contextos. Os poucos documentos analisados permitiram evidenciar ascensão social de alguns membros dessas sociedades recreativas, relações de compadrio (certidões de batismo e casamento entre os anos de 1890 a 1945 que ainda estão sendo consultados), atividades lúdicas e beneficentes nessas agremiações, além da evidente circulação existente entre os membros dessas duas instituições, quando identificamos as mesmas pessoas fazendo parte do quadro social das diretorias dos dois territórios.

A relação de profissões do Livro de Registro de Matrícula dos Sócios do União Operária e os registros do Clube Cruz e Sousa constantes no *O Albor*, apontam as seguintes profissões: ajustador, pedreiro, professor, militar, negociante, escriturário, marceneiro, carpinteiro, operários, ourives, chofer entre outras, contrapondo uma dada bibliografia (FERNANDES, 1965) que enfatizou a situação dos afrodescendentes no Brasil como consequência única e exclusivamente da herança da escravidão.

Quinze anos depois da abolição da escravidão, era fundada uma sociedade recreativa em Laguna, que possuía em seu quadro funcionários públicos, alfaiates, tipógrafos, carpinteiros, telegrafistas, professores, além de comerciantes. Os indicativos das profissões evidenciam e contrariam a visão de que os afrodescendentes saíram despreparados para o mercado de trabalho após o término da escravidão.

Mesmo trabalhando em profissões como pedreiros, carpinteiros, sapateiros entre outras de maior importância social, os associados conseguiram, em poucos anos, recursos financeiros para se projetarem como um grupo que ascendeu socialmente em Laguna, fenômeno similar ao ocorrido em outras áreas do país, tanto no meio rural quanto urbano.

O clube Cruz e Souza, conhecido como clube “dos pretos”, teve suas atividades encerradas em meados de 1950. Esta agremiação também se utilizou do meio de comunicação mais importante da época – a imprensa -, estratégia para divulgar ações como festas, peças teatrais, eleições de diretorias e, possibilitando, através desses registros, encaminhar questões como a preocupação com a educação formal, dada a ausência estatal no processo de escolarização das populações marcadas pela herança escravista.

Os registros deixados pelo Cruz e Souza não foram suficientes para apreender muitas das complexidades de seu cotidiano. Documentos como as Atas de Reuniões, Ata de fundação, entre outros, capazes de sustentar melhor a pesquisa de mestrado (ROSA, 2011), não foram localizados. No entanto, envidamos esforços para superar estas dificuldades e a partir de outras fontes, como processos judiciais, relatórios policiais, inventários post-mortem e registros cartoriais, conseguir responder a lacunas deixadas pela pesquisa citada. Com o encerramento das atividades dos clubes, os documentos existentes se perderam, restando apenas anúncios no jornal *O Albor*, além de memórias das poucas pessoas vivas, que conheciam a história desses espaços associativos e concordaram conta-la.

Mesmo diante dessas dificuldades no acesso aos vestígios deixados por essas agremiações, estamos dispostos a registrar e retirar do esquecimento algumas vivências desses sujeitos históricos na cidade de Laguna, apresentando estudos sobre as sociedades recreativas, espaços autônomos de sociabilidade, lazer e visibilidade construídos no pós-Abolição. Estas sociedades recreativas e beneficentes surgiram em alguns estados do país, principalmente nas regiões sul e sudeste com a intenção de instruir, capacitar profissionalmente e auxiliar os afrodescendentes em seus anseios por cidadania. Tais ações, muitas vezes efêmeras, possibilitaram o acesso a bens materiais e culturais, sem deixar de festejar a vida, com atividades recreativas como bailes, saraus, peças teatrais, entre outros tipos de atividades culturais.

Associações negras buscaram gerir suas necessidades, ampliar redes de solidariedade, mobilidade social e distinguir-se da grande maioria dos descendentes de africanos em situação de maior vulnerabilidade social. A construção desses espaços de sociabilidade inseriu-se no rol de estratégias de luta contra o racismo por meio da construção de autoestima, ascensão social, luta por cidadania, visibilidade e respeitabilidade.

Diversas pesquisas sobre o tema marcam a importância de apreender experiências e vivências desses homens e mulheres no pós-Abolição. As múltiplas formas de abordagem não invalidam nenhuma pesquisa aqui analisada. O exercício analítico deste texto procurou apresentar um balanço historiográfico sobre temas, conceitos e problemas levantados por autores/as estudiosos do tema das agremiações recreativas.

Bibliografia

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. *Boletim de Sociologia*, n. 2, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1951, p. 50-78.

BITTENCOURT, Iosvaldyr. A Esquina do Zaire. In: LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil*. Florianópolis: Letras Contemporânea, 1996, p. 215-225.

BRITTO, Ieda M. *Samba na cidade de São Paulo (1900-1930): um exercício de resistência cultural*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. A vida na escola e a escola da vida: experiências educativas de Afrodescendentes em Santa Catarina no século XX. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da educação do negro e outras histórias*. SECADI-MEC: Brasília, 2005. (Coleção Educação para Todos).

_____. *A Luta contra a apatia: estudo da instituição do movimento negro anti-racista na cidade de São Paulo (1915-1931)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 1993.

CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido. *Negros de Lages: memória e experiência de afrodescendentes no planalto serrano*. Monografia (Trabalho de conclusão de Curso em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2001.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, Sergio. A Mestiçagem e seus contrários: nacionalidade e etnicidade no Brasil contemporâneo. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 13, n.1, p. 143-159, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: SENAC, 2004.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro à sociedade de classes*. São Paulo: Dominus: Ed. USP, 1965. 2 vol.

FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1986.

GIACOMINI, Sonia Maria. *A Alma da Festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

JESUS, Nara Regina Dubois de. *Clubes sociais negros em Porto Alegre - RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite, Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/RS). Porto Alegre, 2005.

LEVI, Giovanni, *Reciprocidad mediterránea*. *Hispania*, LX (2000), p. 103-126.

_____. “*Antropologia i microhistória*”. Manuscripts, n. 11, p. 15-28, Janeiro, 1993. Disponível em <http://www.raco.cat/index.php/manuscripts/issue/view/1935>. Acessado em 28 de janeiro de 2011.

_____. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Reciprocidade Mediterrânea*. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LONER, Beatriz Ana. *Negros: Organizações e Lutas em Pelotas*. s/d. Disponível em <http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/Beatriz_Loner_Volume_05.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2010.

_____; GILL, L. A. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009.

LUCINDO, Willian Robson Soares. *Educação no pós-Abolição: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2010.

MARIA, Maria das Graças. *Imagens invisíveis de Áfricas presentes: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 1997.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, n. 1, 2001, p.171-209.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano*. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. 40, n. 1, p. 85-127, jan.-jun. 2014.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade Nacional versus Identidade Negra*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

_____. Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania. *Movimento - Revista de Educação*. São Paulo. n. 12, p. 1-13, 2005.

ORSI, Bernadete. *Clube 13 de Maio: um estudo sobre um território negro na área urbana de Tijucas*. Monografia (Especialização em História do Brasil) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 1999.

PINTO, L. A. Costa. *O Negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

REIS, Marilise Luiza Martins dos. *Vozes e Políticas da Diáspora na América Latina e Caribe: a red de mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora como movimiento transnacional afrodiaspórico*. Mimeo. 2010.

SAYÃO, Thiago Juliano. As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC). *Revista Brasileira de História*, vol. 35, 2015, no 69. p.131-154.

SERNA, Justo; PONS, Anaclet. O buraco da agulha. De que falamos quando falamos de micro-história? In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). *Uma história em escala. A micro-análise e a historiografia latino-americana*. São Leopoldo: Oikos; Ed. da Unisinos, 2012, p. 15-72. (Coleção EHILA)

SILVA, Joselina da. *Renascença, lugar de negros no plural: construções identitárias em um clube social de negros no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2001.

SILVEIRA, Janaina Nailde da. *Nos Bailes da Vida: Sociedade Sebastião Lucas – Espaço de sociabilidade dos afro-descendentes em Itajaí*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) - Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Itajaí, 2000.

SIMIANO, Mariléia. *Sociedade Recreativa União Operária: Um estudo sobre um território negro na cidade de Criciúma nos 1940-1960*. Monografia (Especialização em História do Brasil) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2002.

VENDRAME, Maíra Ines. “*Questões de feitiço*”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX). Navegar. vol. 2, nº 2, Jan.-Jun. 2016, pp. 66-85. (Dossiê: Italianos no Brasil: imigração e retorno).

Júlio César da Rosa

Mestre em História do Tempo Presente na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, 2011. Professor da rede pública estadual e municipal de Santa Catarina nas cidades de Criciúma e Nova Veneza, doutorando em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 2016. Este artigo é resultado parcial de minha tese de doutorado que está em andamento.
